

ATAS

ATA Nº 134

Aos vinte e três dias do mês de Novembro do ano de 2019, pelas 10h00, no Auditório do Grande Hotel da Curia, sito na Rua dos Plátanos, em Tamegos, Curia, reuniu a Assembleia Geral Ordinária da Federação Portuguesa de Rugby, regularmente convocada para o efeito, nos termos do disposto do nº.1 do artigo 20º dos Estatutos da Federação Portuguesa de Rugby, com a seguinte ordem de trabalhos:


1. Apreciação e votação do Plano de Atividades e do Orçamento para 2020
2. Apreciação e votação de Alteração ao Artigo 10º dos Estatutos da FPR
3. Ratificação da cooptação de Vice-Presidentes pela Direção da FPR

A Assembleia Geral foi presidida pelo respetivo Presidente da Mesa, Tito Arantes Fontes.

À hora marcada para a primeira convocatória, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral constatou que não se encontrava reunido o quórum necessário para deliberar, nos termos do nº. 4 do artigo 20º dos Estatutos, pelo que se decidiu aguardar pela hora marcada para a segunda convocatória.

Às 10h30 encontravam-se presentes os seguintes delegados, conforme documentado na lista de presenças: Paulo Jorge Picão Eusébio (Académica), Carlos Dias (Bairrada), Luís Batista (Belas), Miguel Portela Pereira (Braga), Alcino Silva (CRRC), José Redondo (Lousã), Carla (St.Julians), Pedro Fragoso Mendes (Direito), Manuel Couto (Évora), Rodrigo Maria Pereira e Miguel Vilaça (Galiza).

Encontravam-se, igualmente, presentes o Presidente da FPR, Carlos Amado da Silva, e os Vice-Presidentes da Direção, Luis Sarmento, João Faria e Luís Canongia. Encontrava-se também presente o Secretário-Geral da FPR, Mário Costa. João Constantino e Paulo Paiva dos Santos foram admitidos a participar nos trabalhos da Assembleia Geral, nos termos do nº. 10 do artigo 20º dos Estatutos da FPR.



Verificada a presença dos referidos delegados, e a suficiência dos mesmos para abrir os trabalhos nos termos Estatutários, o Presidente deu início à discussão da ordem de trabalhos da Assembleia Geral, em segunda convocatória, pelas 10h30, congratulando-se pela sua realização fora de Lisboa, e passando a palavra ao Presidente da FPR.

Carlos Amado da Silva, Presidente da FPR, depois de cumprimentar a Mesa e os delegados presentes, começou por falar da descentralização da Assembleia e da importância da Reunião de Presidentes. Seguidamente, informou que a apresentação do Orçamento seria realizada pelo Vice-Presidente, Luis Sarmento. Deu ainda nota da importância de dar mais apoio às Associações Regionais e do aumento dos torneios regionais. Seguidamente, apresentou e explicou a atividade internacional das seleções, dando ênfase ao jogo da Seleção Nacional XV contra a Geórgia, em Paris.

Outro dos pontos abordados pelo Presidente da FPR foi a necessidade de novos patrocínios, para a substituição do patrocínio da Caixa Geral de Depósitos, seguido de uma explicação quanto à proveniência das verbas alocadas pelo Estado Português, geradas, na sua maioria pela receita dos Jogos da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.

Para finalizar a sua intervenção, o Presidente da FPR mencionou que está a ser considerada a contratação de um empréstimo para amortização da dívida da FPR, mas nunca antes de estar apurado o valor real dessa dívida.

Paulo Jorge Picão Eusébio (Académica) solicitou então a palavra e expressou o seu espanto quanto ao facto do Plano de Atividades não ter verba significativa para a Comunicação e Promoção do Rugby, nomeadamente por não haver um plano de comunicação estruturado e com temas como as Prisões, o Rugby Feminino, as Escolas, entre outros.

Como resposta à questão levantada, o Presidente da FPR esclareceu que existe um departamento da FPR focado só na Comunicação, com medidas e verbas bastantes para a apresentação de um plano estruturado, do qual faz parte a transmissão de jogos do Campeonato Nacional, reconhecendo a importância da divulgação da atuação da FPR.

O Vice-Presidente da FPR, João Faria, solicitou a palavra e acrescentou ainda que é muito importante a elaboração de um plano estruturado que englobe, entre outros, o Rugby nas Prisões e o Rugby Feminino e que tenha um timing e calendário.

De seguida, o Vice-presidente da FPR, Luis Canongia Costa, pediu a palavra para falar sobre a

ATAS


importância do Rugby inclusivo, onde se espera um maior número de participantes e de visibilidade através de projetos como o rugby em cadeira de rodas - que, a partir dos Jogos Olímpicos de Tóquio, passará para a FPR - e da necessidade e importância de multiplicar o “modelo” do Galiza.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral deu, de seguida, a palavra a Paulo Jorge Picão Eusébio (Académica) que questionou sobre a importância de saber quem faz o quê, nomeadamente quanto ao Rugby com Partilha e ao Projeto “Oh Gui”. Luis Canongia Costa respondeu mencionando a importância da integração desses movimentos no projeto Rugby inclusivo, reiterando que estas ações deverão ser da responsabilidade da FPR. O Vice-presidente acrescentou ainda que seria importante a criação de campos relvados nas prisões, de um campeonato e de torneios para o desenvolvimento do rugby nesse contexto.

Miguel Portela Pereira (Braga) pediu a palavra e pediu esclarecimentos acerca da alteração das taxas de inscrição, mais propriamente sobre o que está a ser feito para haver, além dos árbitros, fiscais de linha nos jogos das competições nacionais. Acrescentou ainda que os árbitros se estão a queixar da falta de pagamentos. Por último, questionou sobre a inexistência de regulamentos para os sub18 e sub16 e sobre o funcionamento das seleções regionais.

A palavra foi então dada ao Presidente da FPR, que, em primeiro lugar, declarou que a Federação é um reflexo dos clubes. Seguidamente, explicou que há uma conta só para a arbitragem e que os árbitros não entregam os documentos de despesa nos prazos previstos, gerando assim atrasos nos pagamentos. Respeitante à inexistência de regulamentos para os sub18 e sub16, explicou que a organização dos campeonatos desses escalões tem de primar pela igualdade de hipóteses para todos os clubes e que o problema da não aprovação dos respetivos regulamentos prende-se principalmente pelo facto dos clubes não saberem o que querem, tal como aconteceu com a Taça Challenge, na qual, depois de tudo já se encontrar combinado, foi alterada a organização. Ainda a respeito da arbitragem, afirmou que o compromisso da Direção é que haja sempre árbitros nos jogos dos Campeonatos da Divisão de Honra, da I e II Divisão e da Taça Challenge. Para que tal esteja sempre garantido, é necessário que os clubes indiquem o mais rapidamente possível onde serão realizados os jogos.

Para complementar a informação dada pelo Presidente da FPR, o Vice-presidente da FPR, Luis Sarmiento, pediu a palavra e informou que estão orçamentados 156 000,00 € para a arbitragem, sendo que se irá realizar uma reunião com o Revisor Oficial de Contas da Federação para se proceder à implementação do mesmo modelo de remuneração utilizado no Basquetebol e no Andebol.



O Presidente da Mesa, Tito Arantes Fontes, deu a palavra a Pedro Fragoso Mendes (Direito), que iniciou a sua intervenção com a necessidade de se repensar as formas de financiamento da arbitragem. Continuou afirmando que os clubes não podem esperar que seja a Federação a organizar as competições regionais. Acrescentou ainda que só começou a jogar rugby depois de lhe terem respondido à questão para que é que servem os Campeonatos Nacionais e a Taça de Portugal. É necessário inovar e trazer adeptos para o rugby, salientando saber de pessoas que não tenham nada a ver com o rugby, que se levantaram às 9 da manhã para ver a final do último campeonato do Mundo de Rugby. Continuou, afirmando que não temos um produto para venda e que a aposta deverá ser nas competições regionais, sendo urgente a criação das mesmas. No seguimento desta questão, quis saber qual a posição da FPR quanto à sua promoção. Questionou também qual a ação da FPR que envolve escolas e clubes, bem como quais as medidas para separar o Rugby Rendimento do Rugby Social.

Para responder às questões apresentadas, o Presidente da Mesa deu a palavra ao Presidente da FPR, que afirmou primeiramente que os pontos apresentados são exatamente aqueles que o próprio defende. São princípios comuns, mas de difícil implementação. Aditou ainda que a FPR não pode “organizar” ou impor nada às Seleções Regionais. Questionou ainda sobre se existem alternativas, mas que ainda assim os regulamentos foram aprovados pelo Direito. Continuou com a afirmação de que é necessária concentração no que é exequível e não no que é desejável, sendo que todos os clubes devem ter as mesmas oportunidades. Existem ainda problemas, como a concentração de atletas nos grandes clubes e o número de expectadores que ronda os 50 a 60 em jogos da Divisão de Honra. A FPR está empenhada na divulgação do rugby nas escolas.

Pedro Fragoso Mendes voltou a solicitar a palavra para declarar que os princípios básicos de jogo que a FPR quer implementar são da sua obrigação e do seu suporte técnico. Perguntou ainda se a FPR está no caminho de dar independência aos clubes nas competições, ficando só a supervisionar.

Como resposta, o Presidente da FPR afirmou que os clubes têm de ser ouvidos e que há comissões de clubes para as competições. Acrescentou ainda que a Direção divulga e põe à apreciação dos clubes a proposta de Pedro Fragoso Mendes.

É cedida a palavra a Paulo Picão, que questionou a dotação das Associações Regionais.

O Vice presidente Luis Sarmiento respondeu prontamente com uma explicação sobre a dotação e divisão das mesmas.

ATAS

O Presidente da Mesa passou então a palavra a Carlos Dias, que iniciou a sua intervenção afirmando que está de acordo com o delegado de Braga. Quanto às marcações de jogo, os clubes marcam mas não aparecem. Os Sub 16 e Sub 18 não-apurados não foram preparados atempadamente, pelo que tem que se rever a publicação do nome das equipas conjuntas. Questionou ainda qual o apoio da FPR e do CRRC ao Aveiro e outros. Terminou a sua intervenção falando dos modelos competitivos.

Alcino Silva da CRRC pediu a palavra para esclarecer que os clubes devem entrar no rugby escolar através das associações regionais e que para tal têm de se organizar. Falou de seguida nos problemas de desenvolvimento dos clubes pequenos. Quanto ao rugby inclusivo, acrescentou que depois da reunião com os clubes regionais, nunca mais tiveram feedback sobre esses projetos. Terminou a sua intervenção com a afirmação que o rugby feminino pode ser uma fonte de captação de financiamento.


Luís Batista (Belas) solicitou ao Presidente da Mesa a palavra e declarou que é difícil criar uma equipa de Rugby feminino, pois não há grande compromisso, uma vez que o rugby não é visto como um desporto feminino.

O Presidente da Assembleia Geral deu ainda nota do parecer do ROC e de seguida colocou à votação o ponto um da ordem de trabalhos que foi aprovado por unanimidade dos delegados presentes.

De seguida, a Direção da FPR comunicou que retirava o segundo ponto da ordem de trabalhos.

Entrou-se, então, no terceiro e último ponto da ordem de trabalhos, tendo o Presidente da Direção pedido a palavra para explicar a cooptação de 2 vice-presidentes, visto que dos 7 iniciais um tinha adoecido, sendo necessário reforçar a Direção. Reforçou ainda que a primeira prioridade da Direção da FPR tem que ser as Seleções/Competições, não retirando a importância e apoio às outras áreas (feminino, inclusão, etc.). Foram convidadas 2 pessoas para a Direção: João Constantino e Paulo Paiva dos Santos.

Pedro Fragoso Mendes solicitou a palavra para afirmar que estava desagrado com a situação, visto que a Direção apresentou a mesma sem que se tenha pedido uma assembleia



geral extraordinária para a eleição dos Vice-presidentes.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral explicou há duas situações defensáveis:

1. Colocar à apreciação da Assembleia Geral esta cooptação;
2. Suspender este ponto e solicitar aos serviços jurídicos da FPR um parecer

Luís Batista (Belas) pediu a palavra e chamou a atenção de que para não se voltarem a repetir os erros do passado, os estatutos têm de ser sempre cumpridos. Deu as boas vindas aos novos Vice-presidentes, declarando que não se absterá na votação.

De seguida a palavra foi dada a Manuel Couto, que expressou a mesma opinião que o Belas, acrescentando ainda que tiveram as mesmas questões no clube e que por tal alteraram os estatutos. Deverão arranjar a melhor solução para a resolução do problema.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral informou que, depois de escutar os delegados, não será tomada uma deliberação sem consultar antes os serviços jurídicos da Federação. Entretanto, os novos vice-presidentes estão cooptados, não estão é ratificados.

O Presidente da FPR pediu a palavra para declarar que a Direção tomou todas as medidas necessárias para enquadrar esta alteração, incluindo o envio de comunicado ao Presidente da Mesa da Assembleia.

A palavra foi dada a Pedro Fragoso Mendes, que reiterou a necessidade de se cumprir as normas e acrescentou que irá falar sobre este tema com Mário Costa e com o Presidente da FPR.

Miguel Vilaça (Galiza) solicitou a palavra para declarar que se deverá manter o Ponto 2 da ordem de trabalhos, referente à alteração dos estatutos.

O Presidente da Direção pediu a palavra e respondeu que respeita toda a gente, sendo que não haverá nenhum incumprimento dos estatutos e que, por isso, retirou a alteração dos mesmos,

pois - já que se está há tanto tempo à espera da alteração - pode-se esperar mais um pouco para que o grupo de trabalho de alteração dos estatutos as acabe e apresente o seu trabalho.

O Presidente da Mesa tomou a palavra e declarou que foi reaberto o Ponto 2 da ordem de trabalhos.

A palavra foi dada a Pedro Fragoso Mendes, que disse fazer parte do grupo de trabalho da alteração dos estatutos e que considera que esta alteração é muito específica, não interferindo com o trabalho do grupo de revisão dos estatutos.

O Presidente da Mesa procedeu, então, à leitura e distribuição da proposta de alteração do Artigo 10º dos Estatutos da FPR.

Não havendo quem mais desejasse usar da palavra, o Presidente da Mesa submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral deu os trabalhos por encerrados pelas 13H00, lavrando-se a presente acta que é assinada pela Mesa da Assembleia Geral.



